



LEI N° 1.548, DE 9 DE AGÔSTO DE 1956

Dá o nome de «Praça Pan Americana» a uma praça da cidade

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° — Fica denominada «Praça Pan Americana» a praça 1 do Jardim Nova Europa, situada no cruzamento da Avenida 1 com as ruas 4 e 5.

Artigo 2° — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 9 de agosto de 1956.

Ruy Hellmeister Novaes
Prefeito Municipal

Eng. Paulo Silva Pinheiro
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 9 de agosto de 1956.

O Diretor,
Alvaro Ferreira da Costa



14-abril - Comemora-se o Dia Pan-Americano.

O Pan-Americanismo teve sua origem no século XVIII com o ideal de solidariedade entre os grupos nacionais que pretendiam alcançar a independência. No início do século XIX, Simón Bolívar tentou agrupar todos os povos hispano-americanos numa só nação, mas não obteve êxito. Só em 1889, com a realização da 1ª Conferência Pan-Americana, o ideal foi concretizado, não pelo surgimento de uma única nação, mas pela aliança entre as nações deste continente. Elas se comprometeram à ajuda mútua e ao respeito aos direitos de cada uma a fim de manter a soberania das nações americanas.

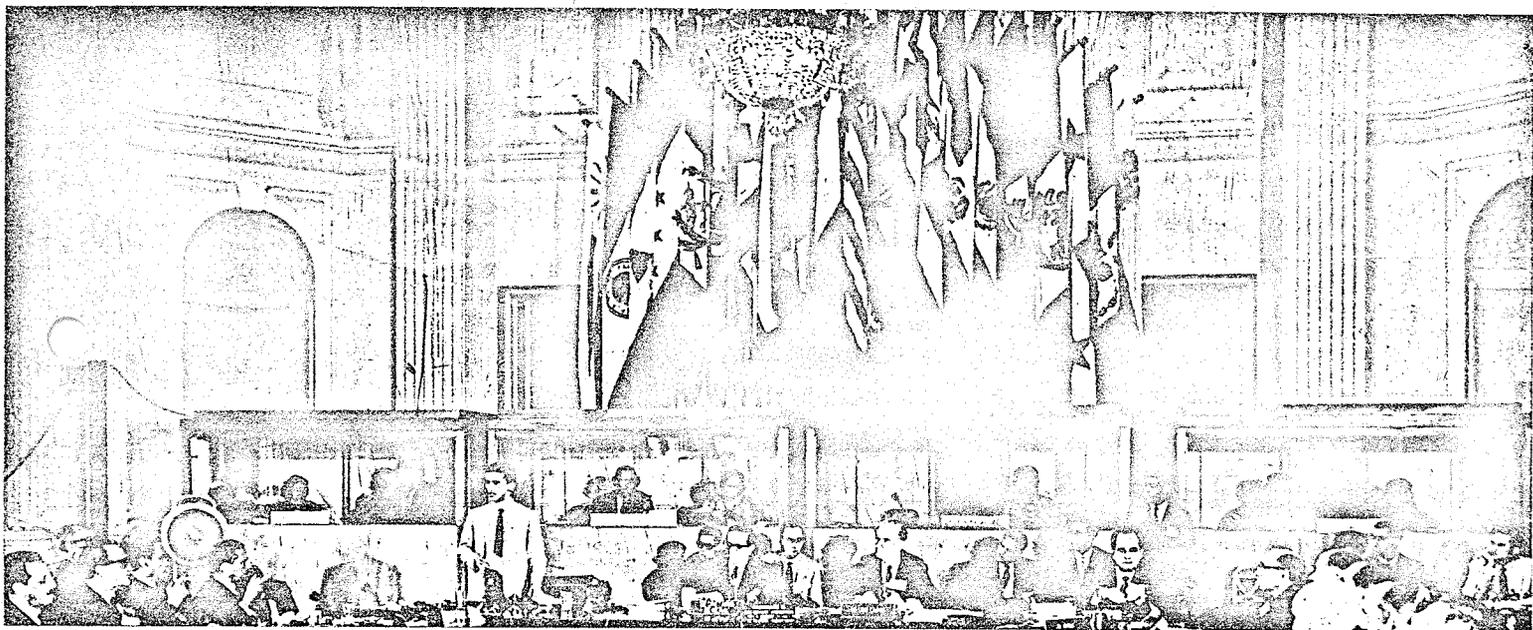
(Extraído de "Calendário de Abril", do Suplemento Escolar "Pesquisa Escolar", da Revista "O Cruzeiro")



HISTÓRIA

1.º grau

PAN-AMERICANISMO



Pan é uma palavra de origem grega que significa tudo. Assim, Pan-Americanismo é tudo aquilo que representou ontem, ou representará, hoje e sempre, os interesses e ideais comuns aos povos americanos e contribuir para sedimentar ainda mais o espírito de solidariedade em nosso continente. Mais que uma expressão de política continental, o Pan-Americanismo é uma constante de soluções pacíficas para os problemas da América. Não é um dado efêmero ou estanque, é uma meta. Elemento aglutinador por excelência das nações americanas, o Pan-Americanismo é a abordagem independente através da qual devemos ampliar e solucionar nossos problemas: num sentido amplo, solidário, cooperativo.

América para americanos

Antes mesmo que a América pudesse reger seu destino e autodeterminar seus interesses comuns, já as Metrópoles Portuguesa e Espa-

nhola pretenderam preservá-la como um todo das possíveis disputas pelas quais a Europa passaria. Esta visão da América num contexto distinto e cujo destino deveria seguir à parte da Europa está bem expressa no Tratado de Madri de 1750:

"Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Majestades Fidelísimas e Católica que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas Coroas se mantenham em paz os Vassallos de ambos, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem junto com os seus aliados" (Artigo XXI, Tratado de Madri, em História Administrativa do Brasil, publicações DASP).

Outras abordagens americanistas se seguiram a esta: Thomas Jefferson, em mensagem a D. João VI

Assembléia realizada pela Organização dos Estados Americanos

(1808), destacou as vantagens da colaboração entre o Brasil e Estados Unidos. Ainda do período Joanino é o ofício de Araujo Carneiro, ministro português na França de 1818, que dizia: "os aliados natos no Brasil hão de ser sempre os Americanos do Sul e mesmo do Norte" (História da Civilização Brasileira, Sérgio Buarque de Holanda, volume II, pág. 152).

Estes foram os primeiros esboços logo seguidos pela idéia de Francisco Miranda, da Venezuela, para que os países americanos se unis-

sem, pelo projeto do brasileiro Rodrigo Pinto Guedes da fundação de uma Liga Americana contra a Europa colonialista e pelas recomendações de José Bonifácio nesse mesmo sentido. Essa era a fase em que o interesse comum objetivava preservar a América de qualquer processo de intervenção ou recolonização pela Europa. Mas será a Doutrina Monroe, de 1823, que, definindo a posição dos Estados Unidos frente às pretensões europeias, vai definir a própria posição da América no "slogan" consagrado "América para americanos".

Não se pode, contudo, falar do Pan-Americanismo sem se destacar aquele que primeiro tentou e colocou em prática o ideal pan-americano: Bolívar. Sua crença no destino irrevogável da Amé-



rica o fez promover a realização de uma conferência das Nações Americanas em 1826, no Panamá, que, mesmo malograda, foi o germen de muitas outras, todas animadas da mesma crença, ou seja, "transcendência da liberdade do Hemisfério de Colombo" e também desejosas de ver formar na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas que por sua liberdade e glória: "uma só nação com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo"... (Carta da Jamaica, 1815, Bolívar).

O Estado Atual do Pan-Americanismo

Várias críticas têm sido feitas ao trabalho daqueles órgãos responsáveis pela solução do problema pan-americano na América, principalmente no que se refere à ajuda econômica aos países em desenvolvimento. A esse respeito a OEA, na pessoa de seu Secretário Geral, assim se manifestou:

"O processo irrevogável da integração econômica latino-americana é um meio de acelerar o desenvolvimento e a industrialização e de ampliar o poder de negociação internacional. O ritmo de progresso varia de um ano para outro, de acordo com a capacidade de cada país de manter a marcha e encarar os diversos e persistentes problemas nacionais de mudança estrutural.

O processo de integração econômica da América Latina poderia bem prolongar-se por três décadas, mas esse prazo é relativamente curto comparado com século e meio de divisão e isolamento em blocos econômicos. Ao contrário da Europa, a América Latina carece de uma forte tradição de comércio intra-regional e o nacionalismo tem tornado difícil suscitar atitudes favoráveis à integração."

Em 1968 desenvolviam-se quatro movimentos de integração econômica. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960 pelo tratado de Montevideu, tem finalida-

des semelhantes às da Associação Européia de Livre Comércio. Os países signatários se comprometeram a eliminar gradativamente as tarifas aduaneiras e outras restrições ao intercâmbio até 1973. Todos os países latino-americanos podem ingressar na ALALC. Pertencem a ela atualmente o México e todas as repúblicas da América do Sul.

O Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), instituído em 1960 com o tratado de Manágua, visa metas mais amplas, análogas às da Comunidade Econômica Européia. Com poucas exceções, estipula o livre comércio entre os países-membros, tarifas exteriores comuns e a coordenação da política fiscal, monetária e de investimento. Dele fazem parte os cinco países da América Central.

A terceira associação, o Grupo Andino, é um subgrupo de seis membros da ALALC — Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela —, os quais, fundados na declaração de Bogotá de 1966, desejam marchar em ritmo mais veloz para a integração dentro dos quadros do Tratado de Montevideu.

O quarto agrupamento, a Associação de Livre Comércio das Caraíbas (CARIFTA), foi reorganizado por meio do tratado de Antígua e assinado em 1971 pela Guiana, Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago e vários Estados pequenos semi-autônomos. Até agora, não mantém relações formais com o movimento latino-americano de integração.

Em 1968 os países-mem-

bros da ALALC e do Mercado Comum Centro-Americano deram os primeiros passos para o processo de convergência recomendado pela Declaração dos Presidentes da América, aprovada em 1967 em Punta del Este, Uruguai. A Declaração prevê a criação de um Mercado Comum Latino-Americano, a partir de 1970, e que estaria em funcionamento em 1985. A Declaração define como "América Latina" todos os Estados-membros da OEA com exceção dos Estados Unidos, o que facilitaria que os novos Estados independentes membros da OEA participassem da integração econômica latino-americana.

A primeira reunião do Comitê Coordenador da ALALC e do MCCA se realizou em outubro de 1968 em Port of Spain, Trinidad. A reunião preparou um programa de trabalho sobre política comercial, acordos sub-regionais, acordos de complementação, uma interrupção na consideração de questões de política tarifária latino-americana e a situação dos países não-membros.

O processo de convergência é complicado pelo fato de que o MCCA alcançou uma fase maior de integração do que a ALALC, embora seja menor e conte com menos indústrias. A estrutura atual da ALALC limita suas possibilidades de adaptar-se ao MCCA, mas este último movimento não está em posição de retroceder. É óbvio, portanto, que a convergência dos dois sistemas será um processo demorado e gradativo. Para os Estados-membros da OEA que

não pertencem nem à ALALC nem ao MCCA, 1968 foi um ano de exame de consciência sobre as possibilidades de filiação.

"Embora a integração seja capaz de promover o desenvolvimento continuado, o próprio processo de integração exige certa contribuição do desenvolvimento. As soluções desses problemas têm de ser encontradas internamente. A maneira mais eficaz pela qual a comunidade internacional pode auxiliar é concedendo condições favoráveis de comércio, investimentos, empréstimos e assistência técnica, a fim de que a América Latina disponha dos recursos para induzir a expansão econômica e aliviar o choque dos ajustamentos que o processo de integração provoca. Com suas estruturas industriais relativamente débeis, os países latino-americanos em sua maioria terão dificuldades para absorver o impacto da integração sobre a força de trabalho, a indústria e o comércio.

"Há indícios muitos claros de que o processo de integração econômica latino-americano continuará avançando em 1969, embora em ritmo desigual. O avanço talvez não corresponda às expectativas dos observadores mais otimistas, mas certamente ultrapassará as dos mais pessimistas. De qualquer maneira, a América Latina avança irrevogavelmente para a meta de integração econômica que se traçou." Crônica da OEA, VOL. IV, número 3, janeiro-março 1969, páginas 29, 30 e 31.